



Do Partido Chega (Chega) – Carlos Miguel Prata da Silva
Faltaram à reunião os seguintes Membros:
Joana Freire da Silva Pinto Coelho, que renunciou ao mandato e foi substituída por
Sara Cristina dos Santos Pintado
Bernardo Luís Amador Trindade, que justificou a sua ausência e foi substituído por
José Eduardo Vera de Matos
Vítor Carlos Teles Fernandes, que renunciou ao mandato e foi substituído por
Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas
Francisco Duarte Canastrinha Tavares Alves, que justificou a sua ausência e foi
substituído por Bruno Rafael Raposo Filipe Ferreira;
Ana Luísa Martins Pereira Mirra
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira
Luís Francisco de Couto Bento de Sousa, que justificou a sua ausência e foi
substituído por João Moura
O Executivo esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Maria
Madalena Matambo Guerra Domingues Natividade, Secretário – João Francisco Borges
da Costa, Tesoureiro – Ricardo Nuno dos Reis Afonso, Vogal – Rui Nuno de Gouveia
Amorim Vilela Dionísio, Vogal - Teresa Maria Soares Pedroso Areosa da Cruz, Vogal -
Maria Manuel Figueiredo Barroso Baía Afonso, Vogal – Damião Martins de Castro
Às dezanove horas e trinta minutos, em segunda convocatória, o Senhor
Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião
Ponto 1 - Período de intervenção do público;
O cidadão Carlos Miguel Murta do Sacramento fez a seguinte intervenção:
"Boa tarde. Antes de mais, estou um pouco surpreso porque pensei que pudesse
ser projetada uma apresentação e agora verifico que não
Os assuntos que me trazem aqui são três já de longa data, desde 2020. Eu faço
parte de um grupo de moradores da Rua Cidade de Manchester, um grupo que até teve,
foi alvo de recomendação no mandato anterior, na Assembleia anterior por um grupo
parlamentar, um dos grupos aqui, com uma recomendação que devia haver mais
grupos de moradores por Arroios. Na altura até o Luis de Castro estava a assistir e
nessa altura começou-se um movimento de vários eventos nossos
No primeiro ano, em 12 meses fizemos 13 eventos de dinamização da vizinhança e
tivemos licenciamento que não pagámos. Em contato com a Junta de Freguesia nós
pedimos o licenciamento e éramos isentos. Com o novo Executivo procurámos
continuar as atividades, nomeadamente pedir o licenciamento porque gostamos de
fazer as coisas como elas são e ao pedir o licenciamento em 2021 pedimos para fazer o
São João, não o Santo António, indicámos que a isenção era para o Santo António.
Então ficámos um pouco indignados e não realizámos em 2021
Em 2022 procurámos fazê-lo e então em 2022 pediram-nos um valor para o
licenciamento de 400 euros. Nós somos um grupo de moradores informal, não temos
financiamento, não vendemos nada, apenas partilhamos. Tivemos centenas de pessoas
ao longo dos tempos quando fizemos essas ações. Então não fizemos
Em 2023, isto começaram a decorrer logo em 2021 reuniões com a Junta de
Freguesia, nomeadamente também com o Executivo da Câmara, Assembleias
Municipais descentralizadas, nomeadamente em Marvila, em que expus este problema e
o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila disse que a fizéssemos lá porque

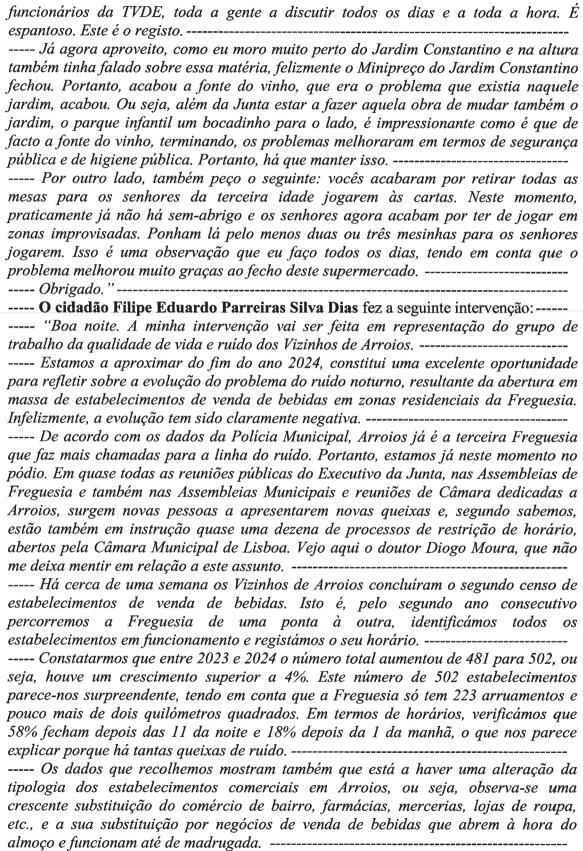


lá não iríamos pagar licenciamento e aqui continuamos a pedir e nós ficamos indignados. Então, em 2023 voltámos a pedir o licenciamento, foi-nos dado o mesmo valor, nós decidimos avançar sem pagar o licenciamento e tivemos a PSP à meia-noite a encerrar a nossa festa, o nosso convívio. --------- As reuniões são múltiplas com o Executivo, com o Vereador da área na altura, Diogo Moura, para este assunto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia falava com o Executivo da Câmara, a Câmara falava com a Junta e que de um dia para o outro as coisas se desbloqueariam, mas não se desbloquearam. ---------- Eu queria propor, ou por iniciativa da Junta ou por iniciativa da Câmara, já fiz o apelo também junto à Câmara, que houvesse alguma alteração no licenciamento para que pudessem grupos informais também de vizinhança, pudessem realizar estas iniciativas. --------- Outro assunto, este bem mais feliz, é o projeto de requalificação da Rua da Penha de França junto à Escola Secundária Dona Luísa Gusmão. Um grupo de moradores está-se a juntar após uma reunião com a Câmara em que fez a apresentação de um projeto para a devida requalificação daquele espaço, porque já em 2022 no âmbito da apresentação das ruas verdes eu abordei esse assunto. Aquele espaço, pode-se ali combater uma ilha de calor que é a Rua Penha de França, porque não existe qualquer árvore, o espaço público está cedido ao automóvel, porque há uma zona de alcatrão que é apenas acesso a estacionamento. Essa parte pode desaparecer com um novo perfilamento. Podemos ter árvores, podemos ter mais espaço público para os peões, para as pessoas, para os fregueses. --------- Acontece, já fiz esta apresentação na Assembleia Freguesia da Penha de França, mas o território é de Arroios e então faço esta apresentação aqui. Fiz chegar à Mesa uma apresentação, um powerpoint que pedi que possa chegar aqui aos Membros da Assembleia, de onde também já há imagens. Já reunimos com os moradores duas vezes. podemos agora reunir na escola, com a escola e com os estudantes para ter ideias dos próprios também para esse projeto, porque da Câmara a recetividade é boa, porque já era um espaço que estava projetado a ter algum tipo de intervenção. Nós questionámos então o que é que podemos fazer para que esta realmente seja uma zona prioritária, porque não era prioritário e eles disseram realmente que nos mobilizássemos em torno de uma ideia, apresentássemos o projeto junto da Câmara e é isso que estamos a fazer e pretendemos terminar já em janeiro. --------- Depois o outro assunto é relativo aos andaimes no Banco de Portugal, eu já tive alguma resposta relativamente a este assunto da parte do Executivo da Junta Freguesia de Arroios, mas continuam a permanecer os andaimes. Não é competência da Junta, se calhar será a competência da Câmara, mas acho que pode haver algum pressing, ou pelo menos da Junta a questionar quem devido, porque o imóvel já está com andaimes há imenso tempo, as obras não existem. Ao que sei, apenas estão lá os andaimes para suster a deterioração do edificio, mas para os fregueses acho que os edificios devem estar devidamente habilitados e não devem estar monstruosamente edificados com tanto andaime. --------- Por fim, vou indicar o meu e-mail, se não vos for chegada a apresentação do powerpoint o meu e-mail é sacramento69@hotmail.com, se quiserem depois envio-vos a apresentação que pretendia fazer aqui e posso dar conta de que realmente acho estranho, porque na semana passada, na Assembleia de Freguesia da Penha de França,

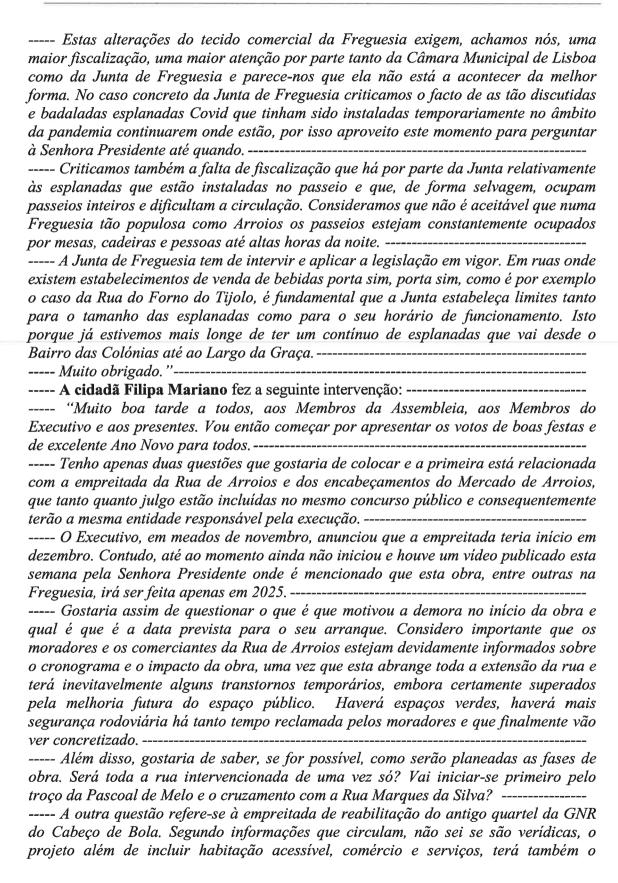


eu enviei um powerpoint, não conseguiram fazer passar o powerpoint projetado, nem o fecheiro PDF, foi estranho, e aqui também nem sequer há a apresentação do powerpoint. Pronto, será o regulamento próprio da Assembleia. --------- Muito obrigado. "---------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que não tinha nada de estranho, era mesmo assim a apresentação do público. ---------- O cidadão Guilherme jorge Rodrigues Zeverinho fez a seguinte intervenção:------- "Boa noite a todos. Em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa da Assembleia, cumprimentar o Executivo da Junta, todos os presentes. ---------- O assunto que eu tenho principal aqui, depois tenho um lateral, mas o principal onde me inscrevi, eu estive presente também em final de agosto, eu moro na Rua José Estevão e, portanto, todos têm conhecimento da questão da bomba de gasolina na Rua José Estevão, que já existe há muitos anos, mas agora, desde há um ano e meio é explorado pela PRIO, que de facto nos traz alguns transtornos, bastante, tendo em conta quem vive ali. Ou seja, no nosso caso vivemos mesmo ali ao lado das garagens e tudo isso. ----------- Eu já tive a oportunidade de explicar em agosto, a Senhora Presidente referiu para eu oficiar a Câmara Municipal de Lisboa, nós próprios moradores de vários prédios tentamos fazer o melhor. Portanto, há de facto aqui um problema de conflito enorme, porque a rua não comporta de facto a exploração de uma bomba daquela forma,--------- Primeiro ponto, o camião-cisterna todos os dias. Segundo ponto, desorganização completamente do trânsito. Ou seja, nós não conseguimos sair das garagens nem entrar nas garagens. Terceiro ponto, conflitos permanentes entre automobilistas, todas as semanas há cenas de violência. A bomba é muito explorada pelos TVDEs, pelas motos, seja o que for, tudo bem, é legítimo. --------- Conflitos entre os funcionários da bomba. Coitados, tentam fazer o melhor. Eu já me queixei e não tive qualquer resposta. Conflitos entre passageiros da Carris, porque a Rua José Estêvão só tem um sentido, penso que todos conhecem. Os autocarros não passam, o Hospital de Dona Estefania é mesmo em frente, é uma zona de passagem de ambulâncias, é uma zona de passagem de bombeiros e esta situação dura permanentemente há um ano e meio, ---------- Já para não falar de outro tipo de segurança, a segurança de ter uma bomba de bairro. Eu bem sei que o próprio prédio onde está a bomba instalada tem uma ação de despejo, há uma série de situações. A questão aqui são os conflitos. A poluição sonora é brutal, porque só dá para dois ou três carros, mas permanentemente, durante todo o dia. Já se vê cenas de violência entre as pessoas.--------- Eu bem sei que não é uma competência da Junta, mas a primeira pergunta era se, por alguma razão, tiveram alguma resposta da Câmara Municipal de Lisboa. Eu estive presente numa reunião em final de agosto, porque a Câmara é que licencia por um lado, e, por outro lado, que diligencie novamente. A PSP respondeu-nos, foram lá, a própria Polícia Municipal também tem passado lá, mas cada um nas suas competências. Agora, de facto, é uma situação, é um impedimento, é uma zona de conflito neste momento. ---------- A nossa rua é uma rua pacífica, muito calma e esta é uma zona de conflito permanente agora. Passageiros da Carris, autocarros da Carris, motoristas da Carris,









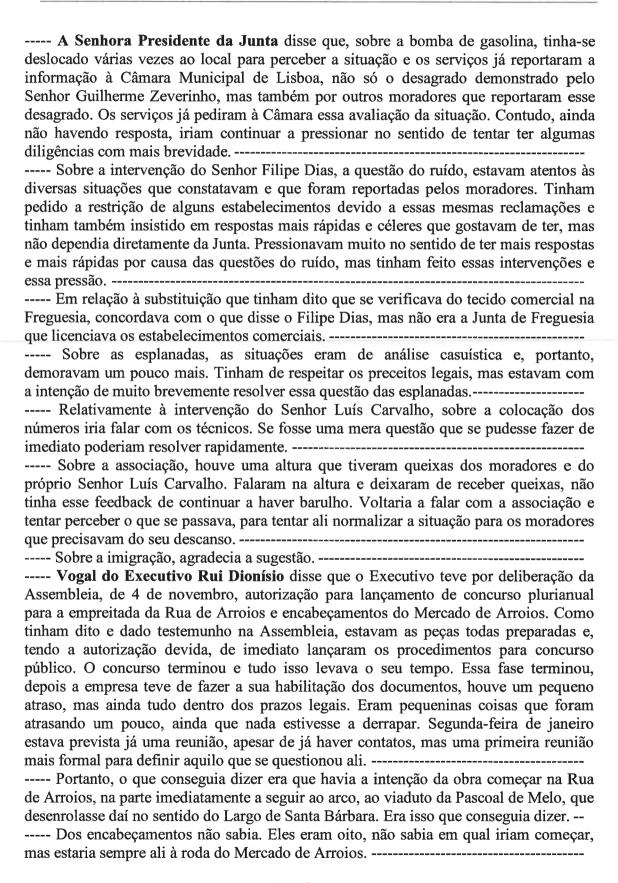


equipamento e que supostamente corresponderá à futura localização do novo centro de saúde de Arroios, o que gostaríamos de poder saber.--------- Muito obrigada, agradeço já os esclarecimentos."---------- O cidadão Luís António de Sousa Carvalho fez a seguinte intervenção: --------- "Boa noite, Senhor Presidente, meus Senhores. Muito obrigado pela oportunidade que me deu, atendendo a que não estava inscrito. --------- Moro no Largo de Santa Bárbara que os mais velhos todos conhecem, mas não sei se conhecem. É que os bombeiros, a PSP, os táxis, não conhecem efetivamente onde é que é o Largo de Santa Bárbara, porque o Largo de Santa Bárbara também é aquele pedacinho que se desce da Jacinta Marto, primeiro à direita, e também aquele pedacinho quem está virado de costas à distrital da Ordem dos Advogados, aquelas escadinhas, também é o Largo de Santa Bárbara, o 4, 7, 17, por ai fora. ---------- Portanto, o que é que falta ali para que em caso de emergência realmente se intervenha em tempo útil? Duas simples placas com Largo de Santa Bárbara números X a Y, em baixo o Largo de Santa Bárbara. São duas placas que iriam realmente ajudar a polícia quando é chamada, que vai para a Embaixada de Itália, dá a volta outra vez e vem para ali e andam à procura, os bombeiros e os táxis. Portanto, se realmente pudessem fazer alguma coisa nós agradecemos. --------- Ouem me conhece, sou uma pessoa ligada há muitos anos ao associativismo. Nada tenho contra. Uns e outros têm de coabitar com quem chega a uma associação e quem vai embora e com realmente a população residente, temos que coabitar minimamente. Na altura da pandemia abriu neste Largo de Santa Bárbara, que pouca gente conhece, uma associação, ou é disfarçada de empresa ou é uma empresa disfarçada de associação. Portanto, as autoridades têm de perceber isto e realmente dizer o que é que se passa ali. Vou-lhe chamar por simpatia a associação bota. --------- Todos os dias, todos os sábados, domingos, segundas, todos, começam cedo, ou ensaios, não sei bem o que se passa, até onze da noite todos os dias. Depois é a população, ao sair, faz realmente um barulho incrível para as pessoas que moram. -------- E as pessoas são malcriadas. Nós, por vezes, à uma da manhã vamos às janelas e dizemos, «vocês sabem que horas são»? Muitos são estrangeiros, outros são portugueses, tratam-nos mal, mandam-nos fechar as janelas, imaginem, e outras coisas não digo porque é chato.--------- Portanto, se puderem fazer alguma coisa, disciplinar pelo menos, realmente aquilo não sei se é associação, nós agradecíamos imenso, --------- Terceiro e último. Realmente é das partes mais complicadas da Freguesia. Eu penso que todos os partidos, todos, eu lanço um repto, façam o mais depressa possível um debate intelectualmente sério. Repito, intelectualmente sério, honesto, sobre a imigração. Esta Freguesia é uma Freguesia, como sabem, típica e cada vez está a ser mais esquisita, aqui, ali, acolá. Eu acho que devemos sentar-nos à mesa e debater realmente a problemática da imigração na nossa Freguesia. Seria importante, olhos nos olhos, esquerda, direita, centro, olhar nos olhos e dizer o que é que está bem, o que é que está mal e não repetir aquilo que já sabemos. Todos já sabemos as coisas, mas resolver, apresentar soluções. Isto seria um debate interessante. ---------- A minha experiência na emigração foi muito tempo. Eu fui o primeiro correspondente português da obra católica portuguesa de imigrações em Paris. Eu realmente tenho alguma experiência sobre a emigração que nós, na altura, fazíamos e 765/1000

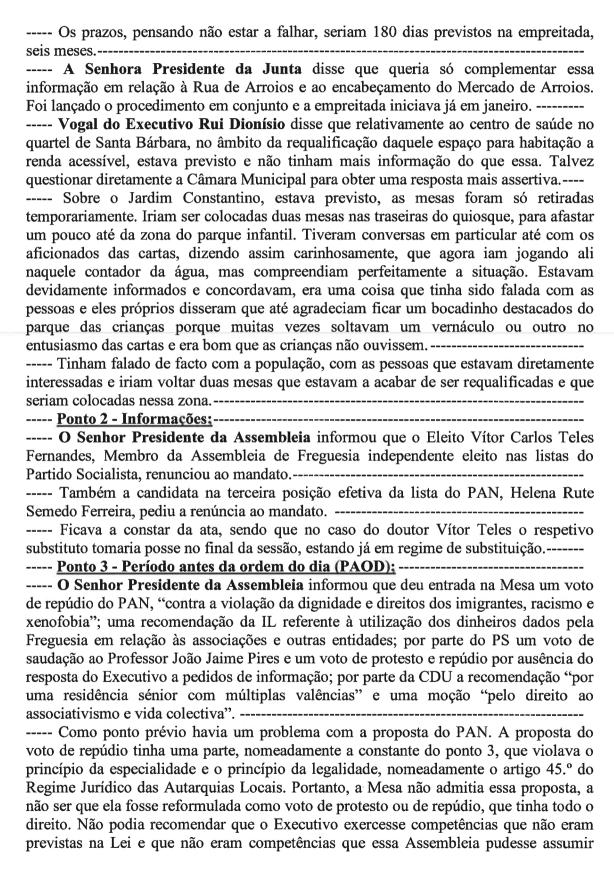


ajudávamos os portugueses no exterior. Também gostaria de ajudar aqueles que vivem na nossa Freguesia e nós dizemos que vivem cento e tal nacionalidades, mas ninguém sabe como é que eles vivem. É desonesto da nossa parte não saber, por vezes, como vivem milhares de imigrantes que estão a modificar, realmente, os comportamentos da ---- Agradeço a todos, muito obrigado, um bom ano e contem sempre comigo para alguma coisinha. Muito obrigado pela atenção. "--------- O Senhor Presidente da Assembleia, nesta altura passou a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia e demais membros do executivo para poderem responder às questões colocadas pelos cidadãos que intervieram no espaço reservado à intervenção do público. --------- A Senhora Presidente da Junta disse que começava por responder às questões colocadas pelo Senhor Carlos Sacramento em relação à questão da isenção das taxas. Tal como disse o Senhor Carlos Sacramento, que gostavam de fazer as coisas tal como elas eram, ali o Executivo também, ---------- As taxas eram atribuídas nos termos legais, se a situação se enquadrasse cumpria-se a Lei, considerando-se a respetiva isenção. Portanto, essa era a resposta em relação à situação da isenção das taxas que foi colocada. ---------- Sobre o Banco de Portugal, a informação que tinha era que o Banco de Portugal ia sair daquelas instalações e tal como também confirmou, eles tinham problemas estruturais. Entretanto, sobre essa zona, como deviam saber, tinham feito requalificação dos canteiros na Rua Francisco Ribeiro, que era nas traseiras do Banco de Portugal, e também pediram à Câmara Municipal de Lisboa que alterasse o parqueamento do estacionamento das motas,---------- Em relação aos andaimes, teria que esclarecer a situação com o Banco de Portugal, porque na Freguesia a informação que tinham era que iam sair daquelas instalações e que tinham problemas estruturais. --------- Vogal do Executivo Rui Dionísio disse que relativamente ao projeto tinham umas noções, não conheciam no seu detalhe. Por aquilo que percebia da apresentação e da impossibilidade também de concretizar um pouco mais através dessa apresentação de powerpoint, o grupo que o Senhor Carlos Sacramento representava ia propor a melhoria do espaço público com foco no peão e também no efeito de minimização das ilhas de calor numa zona da Freguesia, ainda que fosse fronteira, mas uma zona da Freguesia.------ Sobre esse ponto de vista, o que o Executivo tinha a dizer era que estava de acordo, mas isso era uma opinião nesse momento sem grande informação e, portanto, esse projeto carecia obviamente de uma análise técnica. Os serviços poderiam fazer, no sentido de também aconselhar o Executivo a ter uma opinião mais avalizada sobre a questão. De qualquer maneira, o tipo de intervenção que se propunha ali era algo que cabia numa capacidade financeira de uma Câmara Municipal ou num contrato de delegação de competências da Câmara Municipal para com a Junta de Freguesia de Arroios e que não era utópico nesse momento. --------- Seria algo que eventualmente do ponto de vista de uma Junta de Freguesia e havendo a tal relevância, o tal estudo técnico favorável, poderia acontecer num próximo mandato com certeza. Nesse momento era aquilo que podiam dizer e pensava ter sido esclarecedor. -----

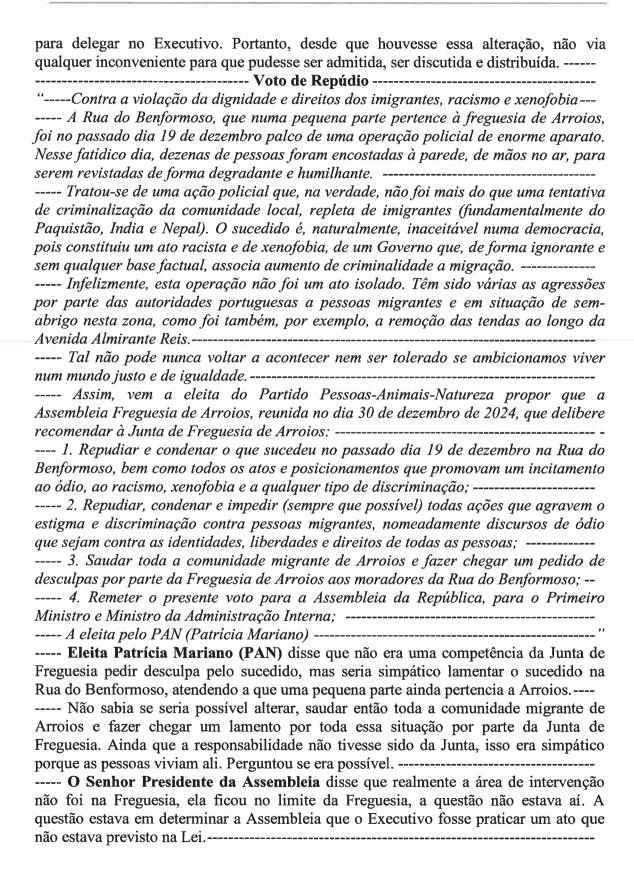




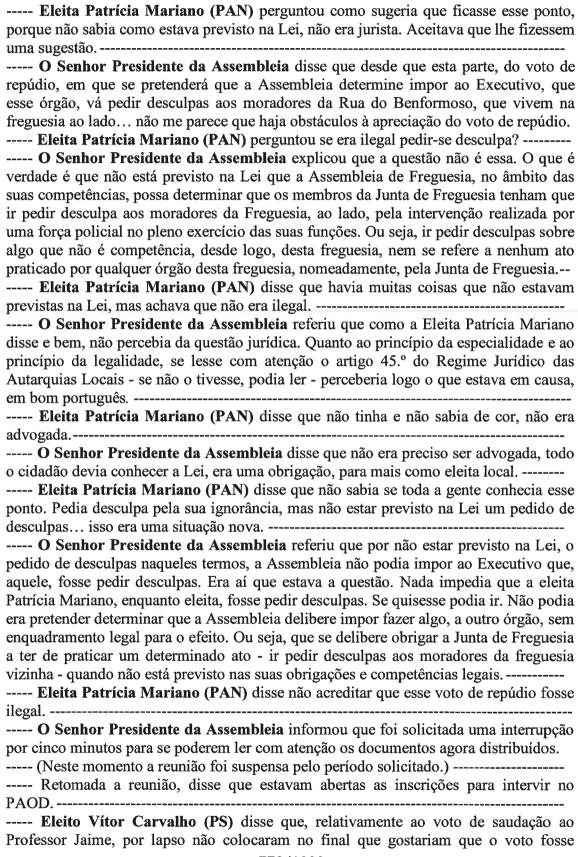




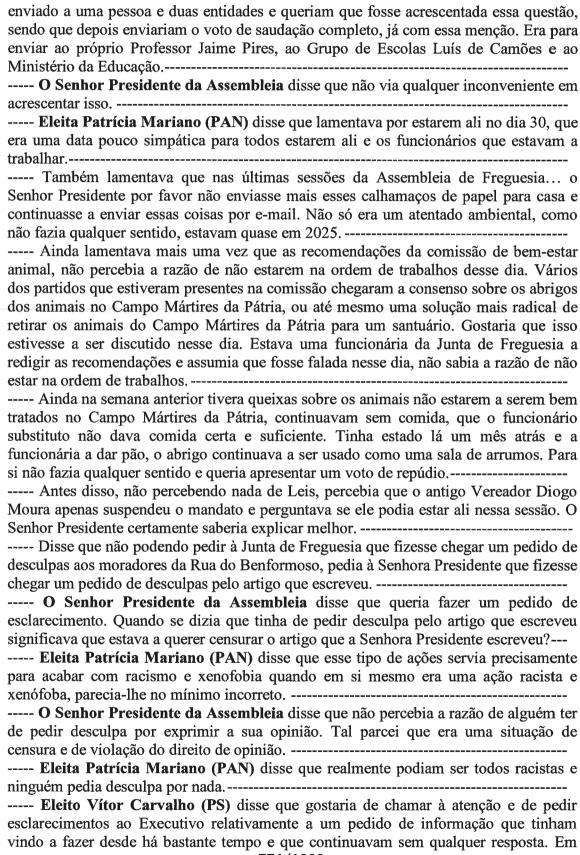




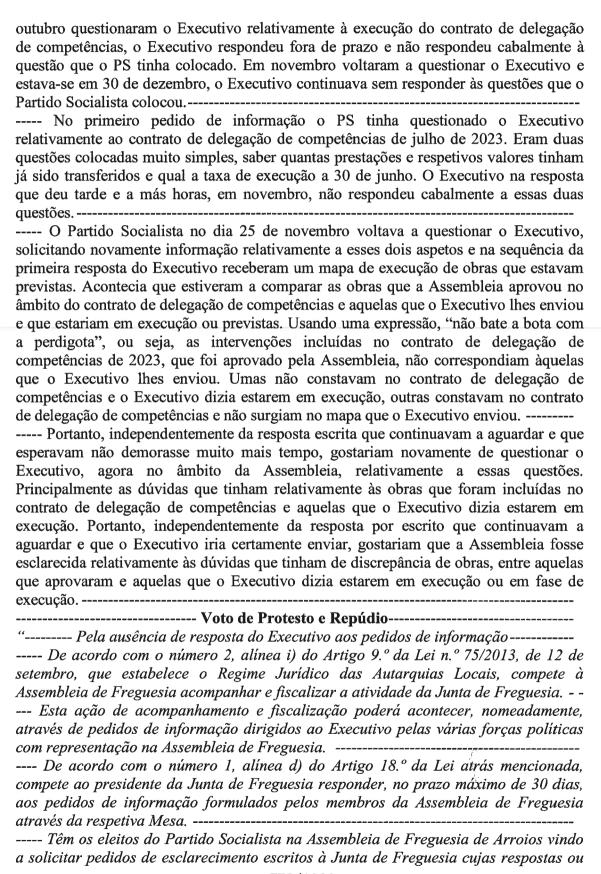








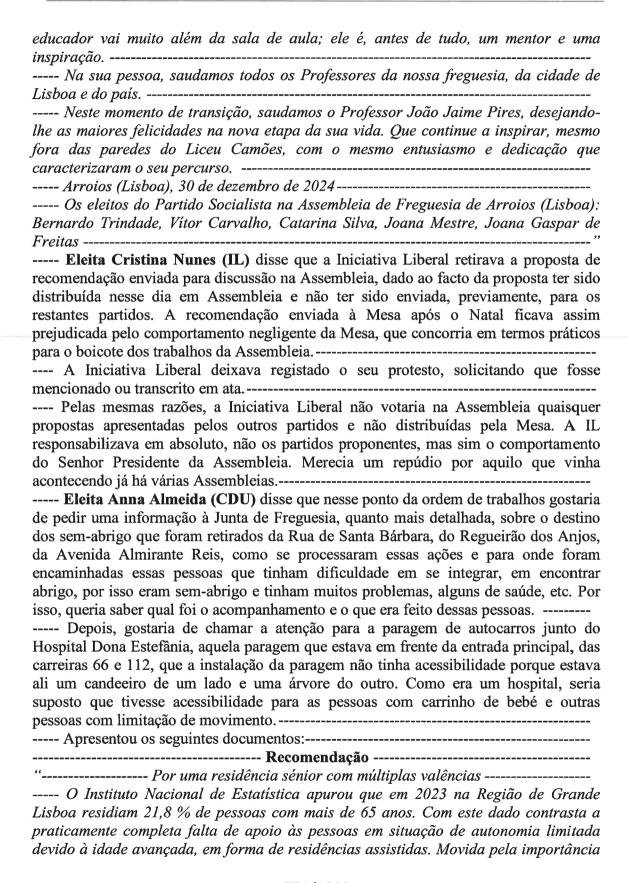






ultrapassam o prazo mencionado surgindo mesmo assim incompletas, insuficientes e mal estruturadas ou nunca chegam a ser dadas tornando dificil senão mesmo impossível cumprir-se uma das principais competências da Assembleia de Freguesia. ----- Esta reiterada atitude demonstra um manifesto desrespeito institucional para com esta Assembleia, e uma completa falta de transparência democrática, ---------- Desta forma, os eleitos do Partido Socialista propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida em sessão ordinária no dia 30 de dezembro de 2024, delibere expressar o seu protesto e repúdio pela ausência ou insuficiência de resposta aos pedidos de esclarecimento solicitados por esta Assembleia, conforme determina a Lei ----------- Arroios (Lisboa), 30 de dezembro de 2024--------- Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa): Bernardo Trindade, Vitor Carvalho, Catarina Silva, Joana Mestre, Joana Gaspar de Freitas.-----" ------ Voto de Saudação------"----- Ao Professor João Jaime Pires------Ao Professor João Jaime Pires------------ Os Eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa) vêm desta forma apresentar este voto de saudação dirigido ao Professor João Jaime Pires, figura impar e inesquecivel no panorama da educação em Portugal, em reconhecimento pelo extraordinário contributo que deu ao Liceu Camões e à formação de inúmeras gerações de estudantes.--------- O Professor João Jaime Pires iniciou a sua carreira docente no Liceu Camões em 1993, como professor de matemática, rapidamente se destacando pela sua dedicação à formação integral dos jovens e pelo seu profundo compromisso com a educação pública. Em 2003 assumiu o cargo de diretor da instituição, papel que desempenhou com extraordinária visão e determinação durante duas décadas. ---------- Sob a sua liderança, o Liceu Camões afirmou-se como um espaço de excelência, onde a tradição e a inovação convergem para promover uma educação pública de qualidade, assente nos valores da liberdade, do pensamento crítico e do respeito pela diversidade. --------- Em 2008, iniciou um processo decisivo de luta pela renovação do emblemático pavilhão desportivo, uma obra que viria a ser concretizada anos mais tarde, representando um marco para a comunidade escolar e reforçando o compromisso com o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos. --------- Por outro lado, após anos de espera e uma batalha que começou em 2009 e atravessou vários governos, o edificio construído por Ventura Terra começou finalmente a ser reabilitado em 2019 tendo as obras sido concluídas em outubro do corrente ano de 2024, com o Professor João Jaime Pires sempre na linha da frente. ------- Destacamos ainda o seu empenho em concretizar outras importantes renovações nomeadamente nas abordagens pedagógicas, criando desta forma um ambiente acolhedor e inspirador para alunos e professores. É com admiração que vemos como a sua dedicação, humanidade e amor pela educação pública tocaram a vida de todos os que passaram pelo Liceu Camões. --------- O testemunho dos seus alunos e colegas evidencia o impacto profundo e duradouro que o Professor João Jaime Pires teve na vida académica e pessoal de cada um. As memórias construídas sob a sua direção são a prova viva de que o papel de um





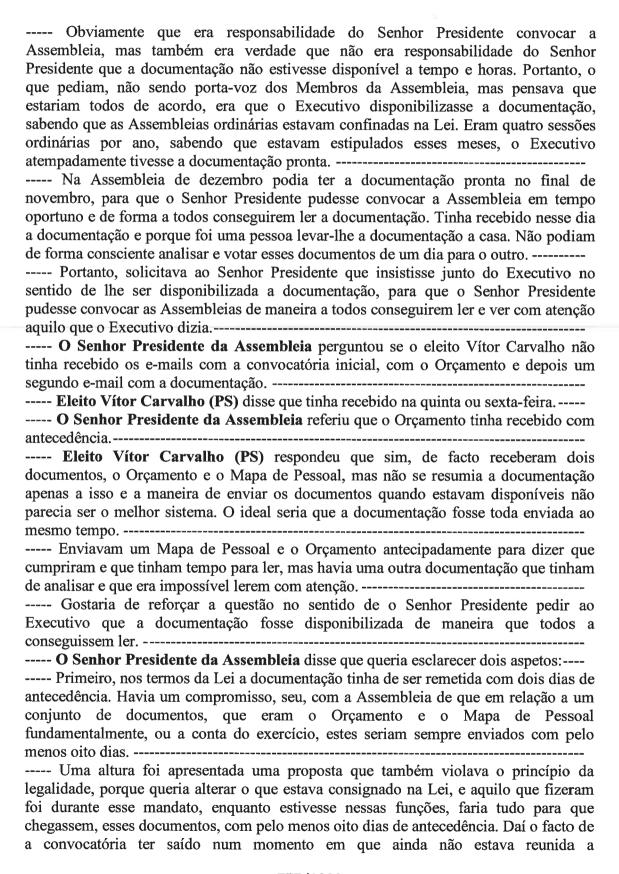


e necessidade urgente de mais respostas sociais à população idosa na freguesia da Arroios, a CDU propõe o seguinte:
Considerando que:
1) A parca oferta de estabelecimentos públicos de apoio aos idosos em Arroios,
como Centros de Dia, que funcionam apenas para pessoas com autonomia, e o Centro
Social Paroquial São Jorge de Arroios, com 70 utentes
2) Na Freguesia de Arroios existem vários imóveis devolutos de Estado que
aguardam dezenas de anos por uma utilização que poderia e deveria ser útil à
população da cidade, como, por exemplo, Hospital Miguel Bombarda, com muitos
edifícios vazios a degradarem-se, Hospital de São Lázaro, que foi utilizado
temporariamente como Centro de COVID, ou Quartel de Santa Bárbara, cujo projecto
de reconversão contava com um Centro de Saúde, mas que, segundo nos constou, não
cumpre as exigências de instalação de um Centro de Saúde, podendo esse espaço ser
utilizado para uma residência sénior
Assim, a CDU – Coligação Democrática Unitária vem propôr a esta Assembleia
de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere:
Recomendar à Junta de Freguesia de Arroios:
1) Que envide todos os esforços, em colaboração com a Câmara Municipal de
Lisboa e as entidades competentes do Governo, para instalação num dos imóveis
devolutos do Estado de uma residência sénior com múltiplas valências que sirva a
população idosa da Freguesia de Arroios
2) Que esta recomendação seja enviada a:
Câmara Municipal de Lisboa
Assembleia Municipal de Lisboa
Governo da República Portuguesa
Arroios, 30 de dezembro de 2024
Os eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária"
Moção
"Pelo direito ao associativismo e vida colectiva
Considerando que:
As associações de cultura e recreio e as coletividades locais desempenham um
papel fundamental na coesão social e fortalecem as comunidades
Várias associações culturais e recreativas, clubes desportivos e instalações ocupa-
das por projectos sociais colectivos na Freguesia de Arroios têm sido vítimas da
pressão imobiliária e dos impactos do turismo, que causaram o seu encerramento e
abandono dos territórios onde estavam, outras enfrentam hoje uma ameaça crescente
de processos de despejo
O processo de gentrificação da freguesia de Arroios, além de impulsionador do
grande aumento do custo habitacional, tem promovido a expulsão de colectividades e
associações, nomeadamente o Anjos 70, São Lázaro 94, Grupo Excursionista e
Recreativo Os Amigos do Minho, Sport Clube Intendente, Clube Recreativo dos Anjos,
Crew Hassan ou Seara, que eram pontos essenciais à vida colectiva da freguesia,
promovendo participação cívica, dinamização cultural, acção social e integração das
populações residentes, por muitos reconhecidas como essencial à qualidade de vida em
Arroios



—— As associações Sirigaita e Zona Franca dos Anjos estão em risco de serem despejadas; ———Assim, perante a emergência social constituída pela premência de preservarmos a vida colectiva em prol da qualidade de vida na Freguesia de Arroios, a CDU—Coligação Democrática e Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere que a Junta de Freguesia de Arroios; ————————————————————————————————————	
vida colectiva em prol da qualidade de vida na Freguesia de Arroios, a CDU— Coligação Democrática e Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere que a Junta de Freguesia de Arroios: ————————————————————————————————————	
Coligação Democrática e Unitária vem propôr a esta Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere que a Junta de Freguesia de Arroios: ———————————————————————————————————	
reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere que a Junta de Freguesia de Arroios: ——1) Dê conhecimento a esta Assembleia das medidas e acções realizadas pela Junta de Freguesia com vista a proteger a forte vida colectiva e associativa, característica da freguesia de Arroios. ——2) Procure, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, um espaço adequado, dentro da freguesia, para as associações Sirigaita, Zona Franca e outras que venham a passar, agora e no futuro, por situação idêntica a precisar de apoio por estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ——3) Que seja dado conhecimento desta Moção: ——4 sesmbleia Municipal de Lisboa ——Câmara Municipal de Lisboa ——Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto——Sirigaita ——Zona Franca dos Anjos ——Arroios, 30 de dezembro de 2025 ——Arroios, 30 de dezembro de 2025 ——Os eleitos da CDU — Coligação Democrática e Unitária——" ——O Senhor Presidente da Assembleia disse que queria dar só duas ou três notas em relação ao funcionamento da Mesa e às questões que foram suscitadas quanto à Mesa. ——Quanto à comissão de bem-estar animal, o agendamento putativo na Assembleia é da competência da Presidente da comissão. Portanto, sempre que quiser que qualquer ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão. ——A comissão deliberou, tem um Presidente, que é V. Exa. Quando saí a convocatória, a Senhora Presidente da comissão pode nos dois dias imediatamente a seguir suscitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos todos os pontos que assim entender. Isso só para compartilharmos efetivamente responsabilidades. ———————————————————————————————————	
Freguesia de Arroios:	
	reunida em sessão ordinária a 30 de dezembro de 2024, que delibere que a Junta de
de Freguesia com vista a proteger a forte vida colectiva e associativa, característica da freguesia de Arroios. ———————————————————————————————————	
freguesia de Arroios.	
adequado, dentro da freguesia, para as associações Sirigaita, Zona Franca e outras que venham a passar, agora e no futuro, por situação idêntica a precisar de apoio por estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ———————————————————————————————————	de Freguesia com vista a proteger a forte vida colectiva e associativa, característica da
adequado, dentro da freguesia, para as associações Sirigaita, Zona Franca e outras que venham a passar, agora e no futuro, por situação idéntica a precisar de apoio por estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ———————————————————————————————————	freguesia de Arroios
que venham a passar, agora e no futuro, por situação idêntica a precisar de apoio por estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ———————————————————————————————————	2) Procure, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, um espaço
estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ———————————————————————————————————	adequado, dentro da freguesia, para as associações Sirigaita, Zona Franca e outras
estarem em risco de perder as suas sedes devido ao aumento incomportável de rendas ou a processos de despejo iminentes. ———————————————————————————————————	que venham a passar, agora e no futuro, por situação idêntica a precisar de apoio por
ou a processos de despejo iminentes.	
3) Que seja dado conhecimento desta Moção: Assembleia Municipal de Lisboa	
Assembleia Municipal de Lisboa Câmara Municipal de Lisboa Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto Sirigaita	
	Assembleia Municipal de Lisboa
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto Sirigaita	Câmara Municipal de Lisboa
	Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
Zona Franca dos Anjos	
Arroios, 30 de dezembro de 2025	
Os eleitos da CDU – Coligação Democrática e Unitária	
O Senhor Presidente da Assembleia disse que queria dar só duas ou três notas em relação ao funcionamento da Mesa e às questões que foram suscitadas quanto à Mesa Quanto à comissão de bem-estar animal, o agendamento putativo na Assembleia é da competência da Presidente da comissão. Portanto, sempre que quiser que qualquer ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	
relação ao funcionamento da Mesa e às questões que foram suscitadas quanto à Mesa Quanto à comissão de bem-estar animal, o agendamento putativo na Assembleia é da competência da Presidente da comissão. Portanto, sempre que quiser que qualquer ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	
Quanto à comissão de bem-estar animal, o agendamento putativo na Assembleia é da competência da Presidente da comissão. Portanto, sempre que quiser que qualquer ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	
da competência da Presidente da comissão. Portanto, sempre que quiser que qualquer ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
ponto seja incluído na ordem de trabalhos, como já foi explicado, basta, no momento em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	
em que é feita a convocatória, suscitar essa inclusão	
A comissão deliberou, tem um Presidente, que é V. Exa. Quando saí a convocatória, a Senhora Presidente da comissão pode nos dois dias imediatamente a seguir suscitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos todos os pontos que assim entender. Isso só para compartilharmos efetivamente responsabilidades	
convocatória, a Senhora Presidente da comissão pode nos dois dias imediatamente a seguir suscitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos todos os pontos que assim entender. Isso só para compartilharmos efetivamente responsabilidades	
seguir suscitar que sejam incluídos na ordem de trabalhos todos os pontos que assim entender. Isso só para compartilharmos efetivamente responsabilidades	
entender. Isso só para compartilharmos efetivamente responsabilidades	•
Quanto à questão do dia 30, estavam ali reunidos, dia 30 era dia de trabalho, mas dia 24 foi dia de tolerância de ponto. Portanto, remetendo um e-mail no dia 23 às 20:58 dificilmente poderia ser considerado para ser enviado nesse dia a quem quer que fosse. Dia 24 foi tolerância de ponto e dia 25 foi dia de Natal	
dia 24 foi dia de tolerância de ponto. Portanto, remetendo um e-mail no dia 23 às 20:58 dificilmente poderia ser considerado para ser enviado nesse dia a quem quer que fosse. Dia 24 foi tolerância de ponto e dia 25 foi dia de Natal	• •
dificilmente poderia ser considerado para ser enviado nesse dia a quem quer que fosse. Dia 24 foi tolerância de ponto e dia 25 foi dia de Natal	•
Dia 24 foi tolerância de ponto e dia 25 foi dia de Natal	
Tiveram de se confrontar com o momento em que a documentação estava disponível. A Eleita Patrícia Mariano devia ter lido com atenção os e-mails que foram enviados (diálogos cruzados) (diálogos cruzados) Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que relativamente à data da marcação das Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
disponível. A Eleita Patrícia Mariano devia ter lido com atenção os e-mails que foram enviados (diálogos cruzados) (diálogos cruzados) Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que relativamente à data da marcação das Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	<u>-</u>
enviados (diálogos cruzados) (diálogos cruzados) Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que relativamente à data da marcação das Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	-
(diálogos cruzados) Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que relativamente à data da marcação das Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que relativamente à data da marcação das Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
Assembleias o que a Lei dizia era que a Assembleia ordinária podia ser convocada durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
durante o mês de dezembro. O que lamentavam era que tendo o mês de dezembro trinta dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto,	
	animit of the animitation of the immediate and the series of men as appointed military
	dias, independentemente de 24 ser tolerância de ponto e 31 ser tolerância de ponto.







documentação para ser distribuída, mas tendo a cautela de que esses dois documentos saíssem por via informática e pelo correio a tempo de cumprir o prazo acordado. --------- Ouanto aos outros documentos, efetivamente nos termos da Lei eles eram distribuídos com dois dias de antecedência. Isso conduzia a uma outra situação, que era a questão suscitada também pela Iniciativa Liberal. Com o devido respeito que tinha pela opinião contrária, queria só precisar que no que dizia respeito à IL o documento que não foi distribuído, que era uma recomendação, entrou no dia 27 de dezembro às 12:07. Não conseguiam também aí cumprir os dois dias, mas esse tipo de documento não precisava de ter dois dias, porque sendo para ser discutido no PAOD ele podia ser apresentado até ao momento do início do PAOD. --------- Já tiveram essa discussão ali várias vezes do ponto de vista legal. A Iniciativa Liberal entendeu, por bem, ter a sua posição em relação a isso no que é respeitada, não punham em causa nem boicotavam esse posicionamento. Portanto, não há qualquer intenção, por parte da Mesa, em boicotar o que quer que fosse em relação ao funcionamento da Iniciativa Liberal. E, em boa verdade, os documentos foram todos distribuídos, em igualdade de circunstâncias, no momento em que a Lei o prevê, donde não se encontra justificação para as afirmações e intervenção da eleita pelo IL, mas respeita-se a sua posição. --------- Eleita Cristina Nunes (IL) disse que era uma questão de coerência. Como o Senhor Presidente tinha dito e bem, a Iniciativa Liberal tinha vindo ao longo das Assembleias a tomar uma posução e já justificou o porquê. Era uma questão de coerência entregar os documentos antecipadamente, documentos importantes apresentados por todos os partidos com representação na Assembleia, para que pudessem ser analisados como devia ser.--------- Não se devia interromper uma Assembleia de Freguesia, como aconteceu hoje, para distribuir documentos e colocar os representantes a ler documentos e durante quase meia hora que interromperam a Assembleia por essa situação. Isso não fazia sentido ----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que registava a opinião e ficava por aí. ---- Eleita Maria Catarina Silva (PS) disse que a Eleita Patrícia Mariano tinha colocado uma questão e gostava de voltar a retomá-la, uma vez que no ponto 7 estava o Orçamento, as Grandes Opções do Plano e o Mapa do Pessoal, documentos extremamente importantes e que justificavam uma sessão ordinária apenas para esse ---- A Lei Orgânia n.º 1/2001, de 14 de agosto, o Senhor Presidente devia saber muito bem, relativamente à eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, no seu artigo 221.º referia as incompatibilidades com o exercício do mandato. Neste momento temos presente um Vereador em suspensão de mandato no município, o colega de bancada Diogo Moura, e nesse momento a questão que se colocava, uma vez que essas deliberações eram de extrema importância, era se as suas deliberações seriam ou não feridas de nulidade, uma vez que segundo a sua interpretação, mas aceitava que pudesse haver outras, poderia haver incompatibilidade entre alguém que era titular num órgão na Câmara Municipal de Lisboa e também na Assembleia de Freguesia do mesmo Município. Era só esse esclarecimento que queria obter. --------- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que a eleita Maria Catarina Silva ao ler a Lei e ao ter dito o que disse deu a resposta a si própria.-----

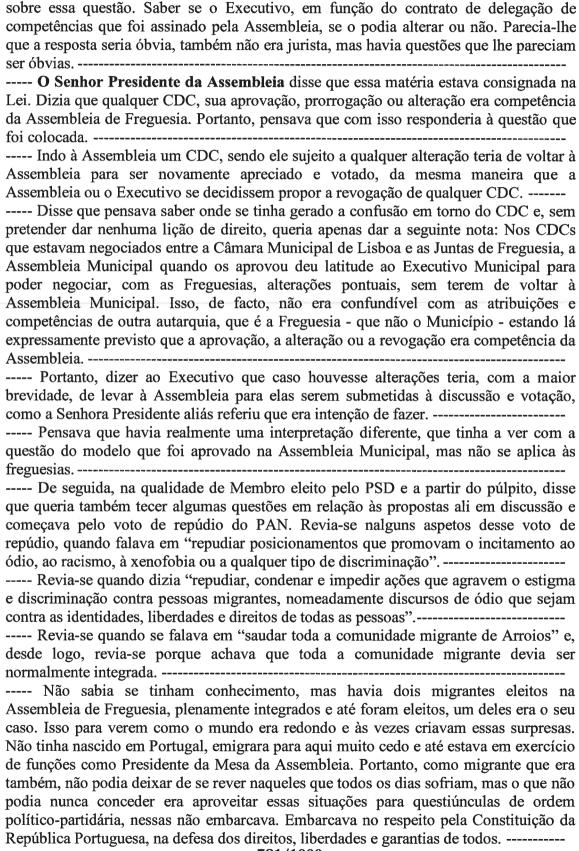


---- Dito de outra forma, quando dizia que o Senhor Vereador tinha o mandato suspenso e se encontrava, em concreto, nesta Assembleia de Freguesia, efetivamente não existia nenhuma incompatibilidade porque não havia duplicação de mandatos em exercício. Nessas circunstâncias a Lei previa a possibilidade de suspensão de mandato de autarca, até para o exercício de funções de ministro e mesmo assim, quando suspendesse ou deixasse de ser ministro, voltar ao seu respetivo lugar de vereador. --------- Eleita Maria Catarina Silva (PS) disse que tinha ouvido a resposta e não ia mentir, que era precisamente essa a resposta que esperava ouvir. O que não lhe parecia sensato era terem um Vereador que podia a qualquer momento voltar à Câmara Municipal de Lisboa a aprovar ou não as contas de uma Junta de Freguesia, mas isso deixava à consideração da Assembleia e ao exercício político de cada um.--------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que percebia a questão, mas não sabia se queria que lhe citasse situações de Vereadores do Partido Socialista nas mesmas condições ao longo dos anos, precisamente porque a Lei era a mesma para todos. Perguntaria a mesma coisa e teria a mesma resposta, ou seia, não havia qualquer impedimento legal ao Senhor Vereador que tinha a sua função suspensa e que estava presente na Assembleia. Quando retomasse funções na Câmara Municipal de Lisboa, efetivamente não podia estar nesta Assembliea de Freguesia.-------- A mensagem política, pretendida pela interveção da eleita, deixava-a à Eleita Maria Catarina Silva, porque não tinha o atrevimento de a fazer. --------- O Senhor Presidente da Assembleia, de segida deu a palavra aos membros do executivo. --------- A Senhora Presidente da Junta disse que começava por responder à última questão, sobre a questão colocada à cerca dos sítios para onde foram os sem-abrigo. Para além dos resultados visíveis na Freguesia, continuavam a trabalhar arduamente em articulação direta com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Santa Casa da Misericórdia no sentido de continuar a encontrar respostas dignas e inclusivas para as pessoas que estavam em situação de sem-abrigo. --------- Os locais onde algumas pessoas foram instaladas estavam localizados na zona da Praça do Chile, na zona da Avenida Almirante Reis e na Rua Carlos Mardel, com acompanhamento e gestão da Câmara Municipal de Lisboa. A outros foram encontradas soluções para quartos ou abrigos e havia ainda alguns que estavam na rua, infelizmente porque o processo de acompanhamento ainda estava a decorrer e não foram ainda encontradas respostas para essas pessoas. --------- Em relação às questões que tinham ausência de resposta ao Partido Socialista, como representante do Executivo assumia que estavam em falta na resposta atempada, sem prejuízo de apresentar por escrito as respostas. Contudo, podia dar ali as respostas resumidamente e depois fazer chegar de uma forma mais formal ao Partido Socialista.----- Foram transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Arroios, como previsto no número 2 da cláusula 6ª do CDC, o valor de 1.436.490,80 euros referentes à primeira e segunda prestação, ---------- Em relação à taxa de execução, nesse momento era de 10,56%, porque o contrato de delegação de competências só foi assinado com a Câmara Municipal de Lisboa tardiamente. Portanto, o desenvolvimento do mesmo materializado nos procedimentos de contratação pública, só podiam ser tratados posteriormente. Entretanto, salientar que já estavam em sede de execução contratual quatro projetos, como a Rua Gomes Freire,



Jardim Constantino, Rua de Arroios e os encabeçamentos do Mercado de Arroios, sendo que esses dois primeiros, Gomes Freire e Jardim Constantino, já estavam em fase final de execução da empreitada. Nos outros dois foi lançado um procedimento em conjunto, cuja empreitada iniciaria em janeiro.---------- Em relação à intervenção nos eixos Monte Agudo e Mercado de Arroios, esse CDC era uma previsão de projeto e depois constatou-se a existência de uma impossibilidade técnica. Nesse sentido, ocorreu uma alteração que propuseram a Câmara Municipal de Lisboa, tal como para a cobertura do Mercado de Arroios. Propôs-se em alternativa um projeto de piso confortável para a zona dos Anjos e Calcada de Arrojos. Achavam que era bom para a comunidade, que precisava de um piso mais seguro e confortável e dando continuidade ao que foi feito no passado e bem, ---------- Essa proposta mereceu a validação junto à Câmara Municipal de Lisboa muito recentemente e tratariam rapidamente que a resposta dessa alteração fosse à Assembleia de Freguesia. --------- As intervenções previstas para o 31 de janeiro não estavam no contrato porque na redistribuição das verbas que sobraram da anulação do Monte Agudo e parte do Mercado de Arroios, pretendiam melhorar o Mercado 31 de Janeiro, pretensão que ainda não foi validada pela Câmara Municipal de Lisboa, mas caso fosse iria a proposta à Assembleia de Freguesia também para aprovação. ---------- Essas eram as questões que resumidamente deixava ali resposta e ficava um apontamento sobre as mesmas, fariam chegar por escrito com certeza. ---------- Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que a Senhora Presidente continuava a não responder às questões colocadas pelo Partido Socialista. Não perguntaram ao Executivo qual era a taxa de execução até ao momento, questionaram o Executivo sobre qual era a taxa de execução até 30 de junho de 2024 e o Executivo continuava a não responder a essa questão. Havia diferença entre o que era a taxa de execução até 30 de junho de 2024 e a taxa de execução até ao momento e o Executivo continuava a não responder a essa questão. --------- Por outro lado, confirmava que foram alteradas algumas intervenções e essas intervenções não foram aprovadas pela Assembleia. Aprovaram um contrato de delegação de competências que tinha um anexo com todas as intervenções que iam ser feitas e a Senhora Presidente, num quadro que enviou ao PS, referia intervenções que não constavam no contrato de delegação de competências, havendo outras que constavam no contrato de delegação de competências e não constavam nas intervenções que a Senhora Presidente enviou,--------- Essas intervenções faziam parte do contrato que a Assembleia assinou e o Executivo não podia, por si só, entender alterar o que estava definido no contrato de delegação de competências porque entendia que sobrava dali dinheiro e iam pôr noutro lado, que em conversa com a Câmara Municipal decidiram que a final de contas não iam fazer essa intervenção e iriam fazer outra. A Senhora Presidente não podia fazer isso, o contrato de delegação de competências foi assinado com as intervenções previstas na altura. Entretanto estavam a ser feitas outras intervenções, ou estavam previstas outras intervenções, que não constavam daquilo que a Assembleia aprovou. ------ Se de facto havia dúvidas em relação à questão de as intervenções fazerem parte do contrato de delegação de competências, pensando que à partida não haveria qualquer dúvida, o que solicitava era que os serviços jurídicos da Junta se pudessem pronunciar

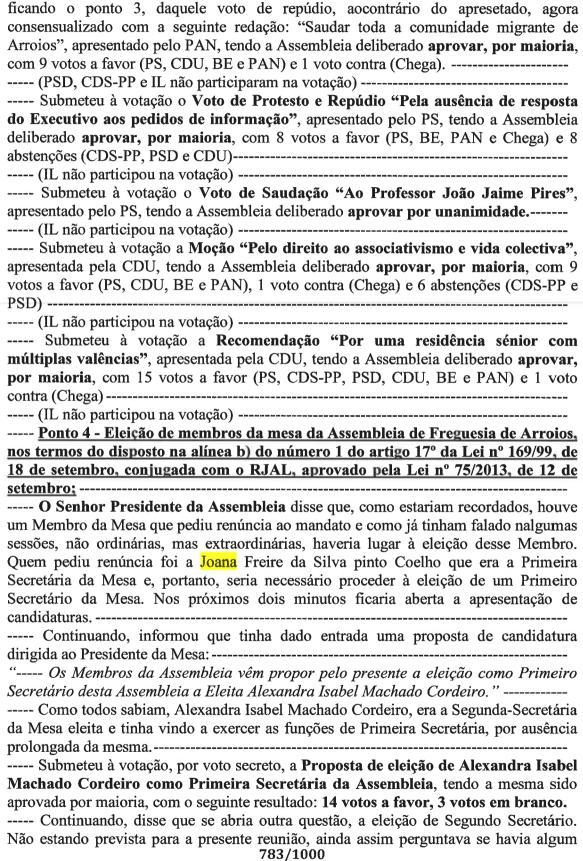






---- Isso significava também uma coisa que devia deixar ali a nota que o preocupou. Isso incluía também o direito à liberdade de expressão e tinha ficado um bocado chocado ao dizerem que a Senhora Presidente tinha de pedir desculpa por um artigo que escreveu e foi publicado. A liberdade de opinião, liberdade de imprensa, era uma coisa que alguns se calhar não recordavam muito bem o que era não ter. Tinha vivido nesse tempo e, portanto, ficava chocado quando se disse que alguém tinha de ir pedir desculpa por aquilo que tinha escrito e/ou dito.--------- Isso para dar nota que se revia nesses aspetos, não se revia era na forma como esse voto de repúdio foi apresentado e foi escrito. Portanto, não se sentia em condições, apesar de migrante, de poder votar ou participar na votação desse documento. --------- Quanto ao voto de protesto e repúdio pela ausência de resposta do Executivo aos pedidos de informação, percebia o sentido dele. Isso suscitava e dizia ao Executivo dois ou três aspetos a propósito desse voto de protesto. O primeiro era que houvesse um cuidado no cumprimento dos prazos de resposta às solicitações que eram feitas pela Assembleia. --------- O segundo era que houvesse também um cuidado especial em relação a ter a documentação pronta para efetivamente não terem de reunir no último dia do mês. Aliás, já tiveram um incidente, se a memória não o atraiçoava algures em abril, também no dia 30 porque também a convocatória saiu à última da hora, porque a documentação não estava disponível por parte da Junta de freguesia em devido tempo.---------- Voltavam agora a ter no dia 30, quando até era expectável que a Assembleia tivesse decorrido no mês de novembro. O facto era que tinha falado com a Senhora Presidente já depois de ter saído a convocatória e continuava a faltar documentação. Escusava de estar a referir qual era, seria fácil ver qual foi a disponibilizada e a que não foi disponibilizada. ----------- Portanto, era bom que pudessem todos em conjunto trabalhar nesse sentido de disponibilizar a tempo e horas e poder efetivamente fazer as Assembleias mais cedo, indo ao encontro daquilo que era a sugestão de todos e para evitar essas situações aborrecidas, 30 de dezembro, no meio dos feriados, das pontes e disso tudo e estavam ali todos nesta situação. ---------- Quanto ao voto de saudação ao professor João Jaime Pires, como era óbvio, reviam-se na totalidade no mesmo. Era alguém que deu o seu melhor pelo múnus do ensino e que merecia o respeito de todos. Nele e na aprovação desse voto viam-se a saudar todos os professores do passado e do presente que se mantinham em exercício de funcões. ---------- Em relação ao direito ao associativismo e à vida coletiva, da CDU, reviam-se nas preocupações por esse direito, mas sentiam que havia ali alguns aspetos que não podiam acompanhar, principalmente quando começavam a entrar em algumas precisões de associações. Todos acolhiam a aquiescência quanto ao tipo de atuação. Mas, não poderiam votar favoravelmente essa moção, sendo certo que também não votariam contra porque também eram pelo direito ao associativismo e à vida coletiva. --------- Quanto à residência sénior com múltiplas valências, era uma aspiração que fazia todo o sentido na Freguesia e, portanto, acompanhariam também essa recomendação. ------ Seguidamente, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu à votação o Voto de Repúdio "Contra a violação da dignidade e direitos dos imigrantes, racismo e xenofobia",

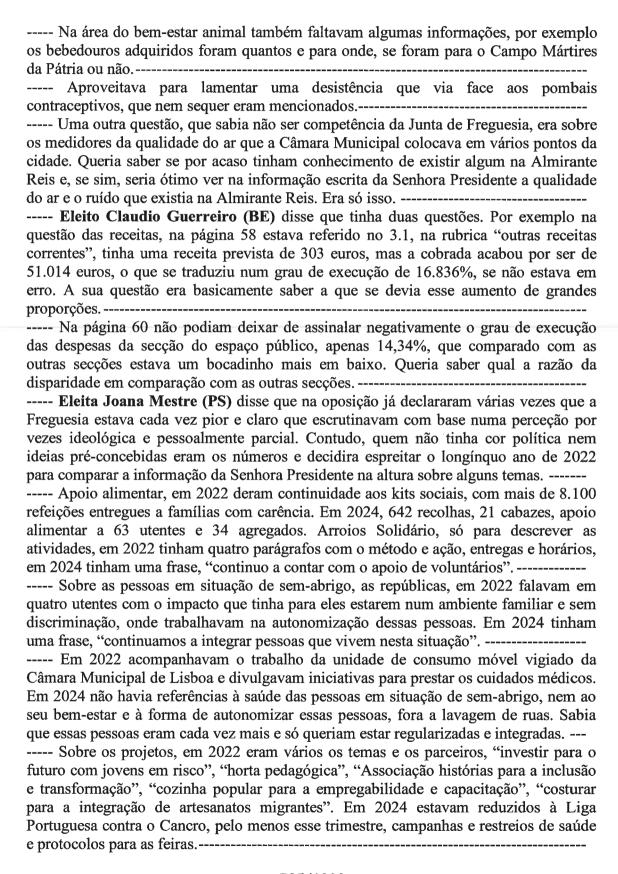




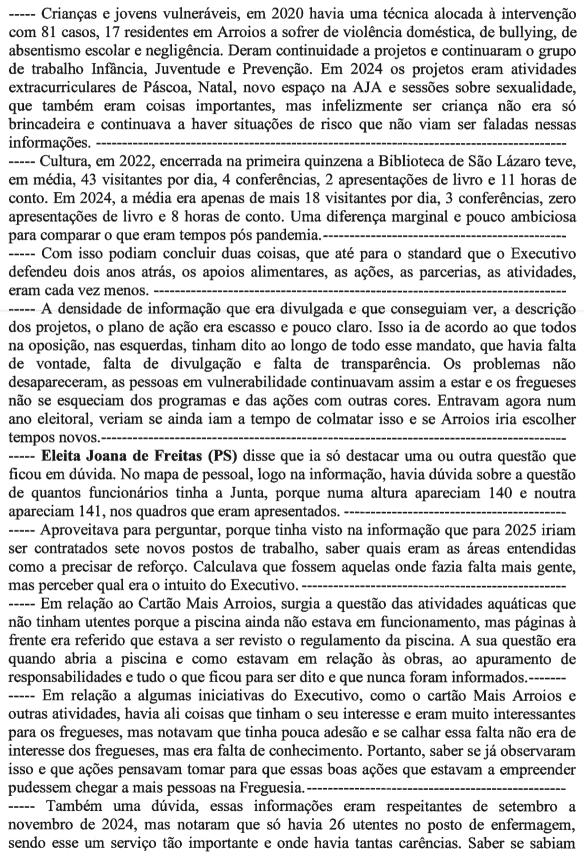


candidato. Caso não houvesse, proporia que a Mesa continuasse com a composição em que se encontrava e que fosse feita na próxima sessão ordinária a respetiva eleição. -------- Ponto 5 - Análise e deliberação quanto à aprovação das atas n.ºs 16, 17, 18, 19, 20. 21 e 22:--------- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que havia uma concentração grande de atas para aprovar, que aliás a CDU já tinha chamado à atenção, e nesse particular queria deixar uma mensagem ao Executivo. ---------- Solicitava que o Executivo verificasse junto da empresa que fazia esse trabalho de transcrição se conseguiam fazê-lo com alguma brevidade e com algum cuidado, porque tinha passado dois fins-de-semana a corrigir as atas, nomeadamente em relação a erros ortográficos, acentuação, etc. Por exemplo estava-se a lembrar que Vítor tinha acento e ia sempre sem acento. ---------- Portanto, deixava essa nota, se calhar dar uma palavra ao responsável que acompanhava o cumprimento do contrato para fazer passar essa mensagem à empresa. Isso não queria dizer que não houvesse sempre uns acertos numa revisão final que não tivessem de fazer, mas convinha que efetivamente quem recebia o dinheiro apresentasse um trabalho escorreito. ---------- Constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata nº 16, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. ---------- Submeteu à votação a Ata nº 17, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 18, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 19, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 20, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 21, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. --------- Submeteu à votação a Ata nº 22, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade dos Membros presentes na respetiva reunião. ---------- Ponto 6 - Análise e discussão da Informação escrita da Senhora Presidente; ------ O Senhor Presidente da Assembleia de seguida deu a palavra ao executivo para apresentar a informação escrita. --------- A Senhora Presidente da Junta disse que a informação escrita tinha toda a informação necessária e dispensava a apresentação.--------- Eleita Patrícia Mariano (PAN) disse que tinha algumas questões, nada do outro mundo, na área da ação social. Havia uma coisa que já a tinha intrigado, saber como era feita a monitorização de isolamento na terceira idade, saber o que fazia exatamente a Junta de Freguesia, se ligava às pessoas semanalmente, quantos idosos estavam numa situação de isolamento. ---- Isso era uma coisa que gostaria de ver porque, infelizmente, tinha-se deparado com algumas situações que a deixavam bastante preocupada, inclusivamente com vizinhos seus, idosos, sozinhos, sem filhos e que não percebia se estavam sinalizados pela Junta de Freguesia ou não. ------

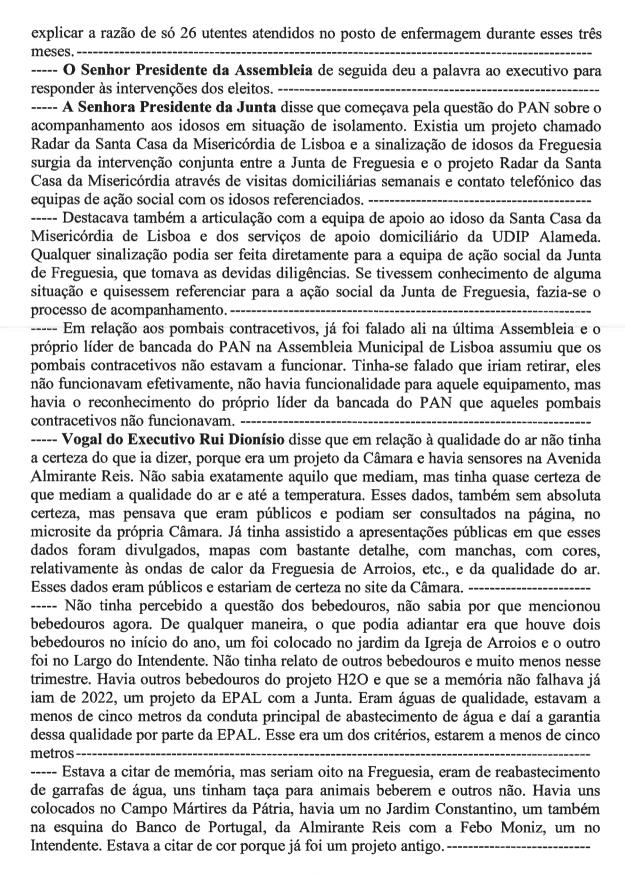














---- Do ponto de vista da intervenção da Junta relativamente aos bebedouros, tinha sido feita a manutenção sempre que detetavam e que eram reportados maus funcionamentos, entupimentos, questões de esgoto, tinha sido feito esse esforco. Aliás, inclusivamente foram criados esgotos para alguns bebedouros que foram instalados e que não tinham esgoto, drenavam diretamente para a via pública, fosse calçada ou fosse um canteiro. Existia esse cuidado, sempre que havia algum danificado e isso aconteceu por exemplo no parque canino no Campo Mártires da Pátria.--------- Não tinha percebido muito bem qual era a questão com os bebedouros, o que estaria em causa. ----------- Eleita Patrícia Mariano (PAN) disse que não eram bebedouros para pessoas nem para cães, estava na parte do bem-estar animal, foram adquiridos X bebedouros e queria saber se efetivamente foram para os animais do Campo Mártires da Pátria. ---------- Fazia só uma ressalva em relação aos pombais contraceptivos, a Senhora Presidente dizia que o António Morgado do PAN admitia que eles não funcionavam, mas sem manutenção era claro que eles não funcionavam. Não funcionava em toda a Lisboa porque as Freguesias e a Câmara Municipal de Lisboa não estavam a dar o cuidado devido.---------- Já tinha falado que a construção não estava feita da melhor forma, mas se não houvesse cuidado com a manutenção era impossível. ----------- Vogal do Executivo Rui Dionísio disse que não queria meter a foice em seara alheia, não tinha o pelouro do bem-estar animal e não se ia pronunciar. Foi uma questão de terminologia, para si bebedouros eram aqueles que deitavam água, apertava-se um botão e saía água. Não seria disso que estavam a falar, então pedia desculpa. ---------- Entretanto tinha recebido informação que depois podia partilhar sobre o link do site da Câmara onde se podia consultar a informação que a Eleita Patrícia Mariano estava à procura. --------- A Senhora Presidente da Junta disse que o número de trabalhadores era efetivamente cento e quareta e um. Era um lapso na atualização de outubro para novembro. --------- Em relação à pouca adesão no posto de enfermagem, iriam fazer um reforço na divulgação dos canais de comunicação. Era uma iniciativa que tinha sido divulgada em todas as ações que faziam junto das comunidades, assim como através de todos os parceiros sociais ativos, mas iriam reforçar a informação para que houvesse um maior recurso a esse servico. --------- Sobre o acompanhamento dos adolescentes, de salientar o facto que tinham na Freguesia o próprio Instituto de Apoio à Criança e também os equipamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que faziam acompanhamento a jovens adolescentes com problemas e conseguiam direcionar para esses serviços.--------- O facto de se ter diminuído o número de receitas atribuídas no banco alimentar, também conseguiam direcionar essas refeições a serem da responsabilidade de outras instituições e também com a implementação do Fundo de Emergência Social conseguiam dar maior resposta às pessoas e que depois deixavam de ter a necessidade de recorrer em duplicado aos serviços da Junta de Freguesia. ---------- Sobre a questão colocada pela falta de adesão às atividades, nem tinham esse feedback, porque todas as atividades em que abriam inscrição para os seniores esgotavam em dois dias e até ficavam com uma lista de espera para que na próxima



ação fossem os primeiros a ser chamados e não ficarem prejudicados. Portanto, em relação às atividades que tinham feito na Freguesia havia uma boa adesão e tiveram até na Academia Sénior esse ano, em 2024, um recorde de inscrições dos séniores que também faziam as aulas de ginástica e tudo mais. Portanto, a nível de divulgação para os séniores pensava não haver grande deficiência na informação, mas poderiam fazer um reforço para tentar comunicar e articular melhor com a comunidade de população mais sénior --------- Em relação à piscina de Arroios, como todos sabiam, após a entrega da obra e inauguração verificou-se que a piscina não estava em condições. Identificaram-se vários problemas e encerraram. Nesse momento estavam em negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para que assumisse aquele equipamento. Gostariam muito que abrisse o mais breve possível, porque sabiam a importância desse tipo de equipamentos para a Freguesia. --------- Estavam a analisar de que forma a piscina poderia ser reaberta com maior brevidade para dar resposta aos fregueses, que tanta falta lhes fazia, inclusivamente agora que também não tinham a piscina da Academia Militar. Sabiam a imensa falta que esse equipamento fazia e estavam a trabalhar, a pressionar no sentido de abrir com a maior brevidade. Não podia nesse momento dar uma data de abertura, mas pretendiam que fosse muito breve.-------- Eleita Joana de Freitas (PS) disse que quando se referia a adesão não falava unicamente na comunidade sénior, porque essa até tinha uma boa adesão e participação nas iniciativas, mas noutras, até nas atividades que foram feitas no Mercado das Culturas, na Biblioteca, tudo coisas que eram importantes. Portanto, se às vezes só havia oito utentes, em certas coisas se calhar era preciso comunicar mais para que mais gente pudesse conhecer aquilo que estava a ser feito.--------- Tinha perguntado sobre os sete postos de trabalho que iriam ser abertos em 2025, seriam para reforçar quais áreas específicas na Junta de Freguesia. ---------- O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que no ponto 3.1, na análise orçamental na parte da receita, em outras receitas correntes, o valor previsto de 313 euros era uma média dos últimos vinte e quatro meses. Acontecia que o jurídico aplicou uma penalização por um atraso contratual no valor de cinquenta e um mil euros. Daí essa variação numa coisa que não estava prevista, na realidade, no início do Orçamento. ------- Se tinha percebido bem, a pergunta sobre a página sessenta estava relacionada com o espaço público e com a baixa execução. Uma vez mais ia tentar ser o mais simples possível na questão do CDC, que percebia que era complexa, para quem já estava mais habituado era fácil, para quem não estava se calhar não era tão fácil. ---------- O CDC cinco, de 2023, assinado pelo Executivo tinha o valor total de três milhões quinhentos e noventa e um mil duzentos e vinte e sete euros. Desse, a primeira tranche foi passada para a Junta de Freguesia com a assinatura em 2023 ainda, de setecentos e dezoito mil duzentos e quarenta e cinco euros. A segunda tranche era transferida em 2024 e tinha o mesmo valor, porque era a mesma percentagem. Isso totalizava um milhão quatrocentos e trinta e seis mil quatrocentos e noventa euros e desse valor foi executado trezentos e sessenta e um mil seiscentos e trinta e sete euros. Ou seja, tinham ali uma diferença entre um milhão quatrocentos e trinta e seis mil quatrocentos e noventa euros e os trezentos e sessenta e um mil seiscentos e trinta e sete euros. Portanto, isso estava relacionado com as tranches que eram transferidas, mas que ainda



não foram executadas, porque só foram executados os tais cerca de 10% que a Senhora
Presidente falou.
Tendo em conta que eram valores muito altos no peso desse departamento, dessa
orgânica, dava uma taxa de execução muito baixa porque tinha uma influência muito
grande
A Senhora Presidente da Junta disse que as sete pessoas referidas eram dois
assistentes técnicos para a divisão financeira, dois técnicos superiores para a ação social,
um técnico superior para a educação e juventude
Teriam iniciativas de maior divulgação das atividades. Tinha percebido que eram
seniores, tinham estado a falar no projeto Radar e foi por aí, mas teriam iniciativas para
maior divulgação de todas as atividades na comunidade
Ponto 7 - Proposta de Orçamento da Receita e da Despesa, Grandes Opções do
Plano e PPI para o ano 2025;
O Senhor Presidente da Assembleia de seguida deu a palavra ao executivo para
apresentar a proposta de orçamento da receita e da despesa, as Grndes opções do plano e
PPI para 2025
A Senhora Presidente da Junta disse que era um Orçamento equilibrado e que
pretendia responder às diversas necessidades da Freguesia, na linha dos anteriores.
Exemplo disso era o reforço da despesa na higiene urbana, no espaço público, na ação
social, na saúde e no desporto. Salientava ainda a redução de prestadores de serviços no
DAU e na DAF
Em relação às despesas com pessoal, o Orçamento de 2025 refletia a entrada para
os quadros em cerca de 20 novos funcionários junto dos procedimentos concursais
entretanto concluídos
O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que a Senhora Presidente tinha dado
uma introdução mais sensível daquilo que era a sua área e passaria um pouco mais aos
números. Era um Orçamento que ia na linha de outros aprovados pela Assembleia de
Freguesia e tirando as grandes variações muito ligadas aos CDCs e também a passagem
das AECs e CAFs para a Junta de Freguesia, o que influenciava uma série de áreas, era
um Orçamento de continuidade.
No caso da orgânica que tinha maior peso, a orgânica do espaço público, que
representava 30% do Orçamento, estavam a falar de 3.058.879 euros, 70,44% desse
valor era do CDC. Portanto, estavam a falar de 2.157.000 euros. Os outros, 29,56%,
eram orçamentos próprios da Junta de Freguesia, 411.000 euros mais ou menos. Essa
era talvez a área orgânica que tinha maior peso
No caso da ação social estavam a falar de praticamente dois milhões de euros,
1.934.034 euros, que representava 20% da Junta de Freguesia, do Orçamento total da
Junta de Freguesia. Estavam a falar de um aumento em relação ao ano anterior de
290.000 euros no caso da ação social
No caso da higiene urbana, também uma das maiores áreas com maior peso no
,
Orçamento, estavam a falar de 2.508.838 euros, dos quais aproximadamente 88%
representavam gastos com pessoal e em 2025 teriam 284.000 euros de investimento na
higiene urbana em outras áreas que não gastos com pessoal
Queria reforçar que o Orçamento, embora fosse um pouco à semelhança dos anos
anteriores, essas áreas foram reforçadas por dois pontos essenciais. Um era a subida que
tinha sido conseguida na parte da receita relacionada com receitas próprias da Junta de

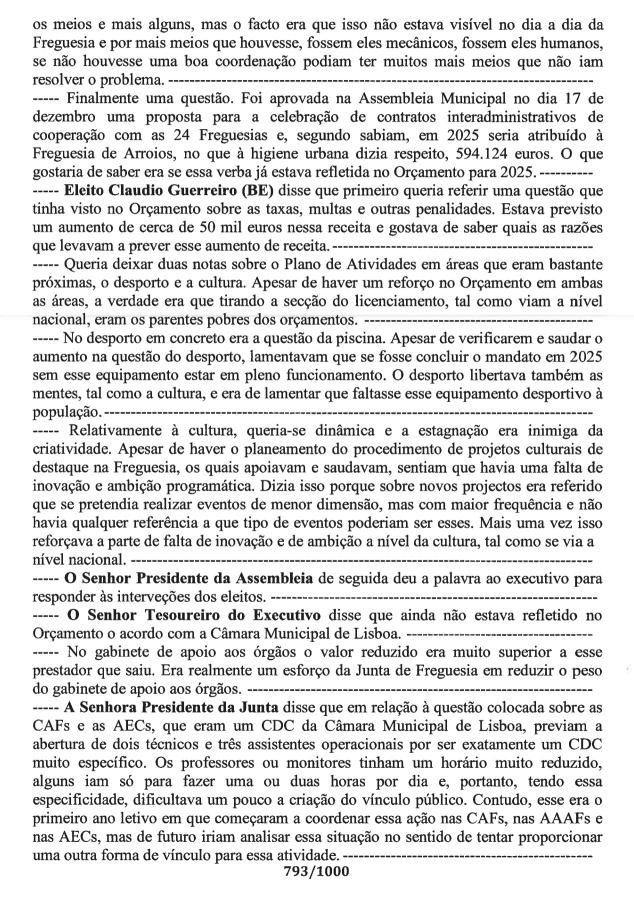


Freguesia, estavam a falar essencialmente do licenciamento, mas também da otimização dos vários departamentos, nomeadamente do gabinete de apoio aos órgãos e no departamento administrativo e financeiro, que para 2025 teriam uma redução. No caso do gabinete de apoio aos órgãos em 57.000 euros, ficando apenas com 512.000 euros. Na parte da orgânica relacionada com o departamento administrativo e financeiro uma redução de 75.000 euros, ficando com 1.475.000 euros, não chegava a um milhão e meio. --------- Tirando isso, era um pouco o Orçamento dos outros anos, aprovado na Assembleia. Seguiu a continuidade desse Executivo. --------- Eleito José Vera de Matos (PS) disse que agradecia a introdução feita pelo Executivo, que aliás foi uma introdução inteligente. Na lógica dos anteriores, os anteriores correram bem pelo menos na Assembleia de Freguesia, depois na prática era outra questão, mas não deixava de haver diferenças face aos anteriores e eram essas diferenças que gostava de elençar e que lhe suscitaram algumas dúvidas. ----------- O aumento da receita, como o próprio Senhor Tesoureiro disse, era motivada na questão do licenciamento, segundo o próprio Executivo escrevia, pela boa cobrança de taxas, multas e outras penalidades, isso em comparação com o ano em que estavam. Portanto, a sua primeira pergunta era qual a razão de não ter havido essa boa cobranca iá em 2024. --------- A segunda pergunta era como se previa um aumento dessas multas, porque era dificil prever um aumento de multas. Se haveria algo que indicava ao Executivo que as infrações iriam ser superiores.--------- Outra questão era que havia uma redução nas transferências correntes em quase metade. Gostaria de saber a que se devia essa redução nas transferências correntes e, se fosse o caso, quem deixaria de receber essas transferências, se era uma coisa pontual ou mais ou menos geral na rubrica de transferências correntes essa redução. ---------- Como isso depois tinha de dar certo, havia um aumento das despesas na aquisição de bens de capital. Havia um reforço na secção de higiene urbana. A rubrica era "outros" e o Senhor Tesoureiro também disse "outros", mas ficavam sem saber o que no concreto iria ser adquirido. A sua pergunta era nesse sentido, que bens eram esses e em que medida o Executivo acreditava que podiam contribuir para a melhoria da qualidade do serviço, que também esperava que pudesse contribuir. --------- Eleita Anna Almeida (CDU) disse que a CDU, em relação ao Orçamento, considerava que importava saudar o facto de a verba referente a avenças na secção de higiene urbana ter desaparecido e sido reduzida noutras unidades orgânicas. Essa foi sempre uma reivindicação da CDU na luta contra a precariedade. --------- No entanto, lamentavam que sendo a questão do lixo uma das maiores preocupações da população da Freguesia, na proposta do mapa de pessoal estarem vagos 25 lugares para assistentes operacionais para a limpeza e higiene urbana, não estar considerada qualquer verba para novos recrutamentos em 2025. ---------- Foi também uma reivindicação da CDU que as AECs, CAFs e AAAFs fossem da responsabilidade direta da Junta de Freguesia. No entanto, conforme tiveram oportunidade de referir aquando da aprovação desse assunto na Assembleia de Freguesia, consideravam que a Junta de Freguesia deveria recrutar para o quadro os trabalhadores que asseguravam estas funções e não em regime de avença, de forma a



combater não só a precariedade dos vínculos laborais, mas também para assegurar a continuidade e qualidade do serviço. ---- Existiam ainda outros valores na rubrica orçamental das avenças que deviam ser assegurados por trabalhadores da Junta de Freguesia. Era o caso dos valores previstos para a unidade orgânica de apoio aos órgãos autárquicos, que aumentou em cerca de 10% relativamente a 2024.--------- No que respeitava a valores de outsourcing, havia valores substanciais para trabalhos especializados que careciam da indicação de qual trabalho se tratava, assim como valores para prestação de serviços que significavam em muitas situações o recurso a soluções de outsourcing. --------- No que respeitava ao Plano de Atividades, o documento era bastante repetitivo, o que refletia uma falta de articulação entre as diversas áreas e a ausência de uma estratégia. Verificavam que não existiam as seguintes referências: ---------- Piscina, de acordo com as informações da Junta de Freguesia, apesar da situação jurídica ainda não estar resolvida, lamentavam que não estivesse referida uma tentativa de a pôr a funcionar em 2025 no Plano de Atividades. --------- Movimento associativo, como já referiram em várias reuniões no âmbito do direito de oposição e na própria Assembleia, continuava a faltar um regulamento que permitisse as associações terem oportunidades iguais no acesso aos apoios. ---------- Ruído, não havia referência a ações, nomeadamente de sensibilização contra o ruído. --------- Segurança, não era referida a luta pela existência de uma esquadra da Polícia de Segurança Pública em Arroios que contribuísse para o policiamento de proximidade e a conseguinte prevenção do crime. ---------- Mercados, faltava uma estratégia para tornar os mercados mais atrativos para os comerciantes, conseguindo uma plena ocupação das bancas vagas e conservando assim essa forma tradicional de pequeno comércio, ---------- Higiene urbana, não consideravam que fosse a recolha de lixo ao domingo que resolvia a questão da higiene urbana na Freguesia, mas sim a existência de mais meios, nomeadamente humanos, o que não se verificava na proposta de Orçamento. --------- Iniciativas, lamentável não se prever qualquer iniciativa para comemorar o aniversário do 25 de Abril, nem por exemplo uma colaboração com a iniciativa do movimento associativo de Lisboa que se realizava todos os anos na Praça Paiva Couceiro no dia 24 de abril e que costumava contar com o apoio de diversas Juntas de Freguesia da zona oriental de Lisboa. --------- Também não estava prevista qualquer iniciativa para assinalar o 50° aniversário do Nascimento de Luís de Camões, que segundo constava chegou a residir na Freguesia. As comemorações oficiais dessa data continuavam em 2025.--------- Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que tinha duas breves notas e uma questão. A primeira nota era saudar a redução da despesa no gabinete de apoio aos órgãos, mas provavelmente estaria relacionado com o facto de alguma assessoria jurídica que existia em 2024 ter terminado, foi pedida para um trabalho e tendo terminado esse trabalho era natural que em 2025 a verba para o gabinete de apoio aos órgãos descesse por essa razão. ---------- Saudava também o aumento das verbas para a higiene urbana e o espaço público. Segundo disse o Senhor Tesoureiro, representava 30% do Orçamento. Podiam ter todos







---- Em relação às comemorações, não só do 25 de Abril, como do Luís de Camões e outros, dariam atenção em incluir essas celebrações nas atividades. Não estavam nas atividades, mas obviamente teriam atenção e intenção de incluir nas festividades, --------- Sobre a questão colocada quanto à higiene urbana, analisariam com atenção o que fosse necessário, se mais recursos humanos ou recursos materiais. Estariam disponíveis para os implementar.---------- O Senhor Tesoureiro do Executivo disse que as CAFs e as AECs eram contratos de delegação de competências, logo era impossível colocar pessoas no quadro tendo em conta que não sabiam sequer quanto tempo iriam durar esses contratos. ---------- Em relação ao lixo e à higiene urbana, estavam a falar por exemplo de uma viatura basculante, estavam a falar de investimento a nível também da parte animal, estavam a falar de bebedouros. Portanto, não estavam a falar só de coisas de passagem, coisas que depois não iriam ter um reflexo direto na própria Freguesia. ---------- Relativamente às taxas, multas e outras penalidades, a grande componente que estavam a falar era de taxas, por exemplo dos mercados ou dos licenciamentos. O valor ao longo dos anos tinha aumentado porque conseguiam fazer uma melhor execução da parte do licenciamento. Aliás, esperava que essas equipas fossem reforçadas em 2025. Fazia com que as médias dos anos anteriores subissem e logo os valores que estavam projetados para o ano seguinte, nomeadamente 2025, subissem também,---------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que queria deixar só uma nota informativa. Era possível celebrar contratos de trabalho sob condição em relação aos CDCs. Criando os postos no quadro de pessoal com essa condição de que eles se mantinham abertos e em exercício de funções enquanto havia o CDC em vigor, nessas circunstâncias era possível colocá-los no quadro e não ser por avença. ---------- A Senhora Presidente da Junta agradeceu a informação e disse que por esse motivo referira estarem a analisar para futuramente implementar outra modalidade de ---- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Orçamento da Receita e da Despesa, Grandes Opções do Plano e PPI para o ano 2025, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 6 votos a favor (CDS-PP e PSD), 2 votos contra (BE e PAN) e 9 abstenções (PS, CDU, IL e Chega)----------- Eleito Vitor Carvalho (PS) disse que antes de ler a declaração de voto gostaria de realcar que era relevante numa Assembleia de Freguesia com dezanove Membros o Orçamento apenas tivesse sido votado por seis dos Membros da Assembleia. --------- Fez a seguinte declaração de voto:--------- "O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, enquanto instrumentos de gestão política, refletem a estratégia política do PSD e do CDS-PP, as duas forças que governam a nossa Freguesia, sendo a execução dos números refletidos nestes documentos da total responsabilidade do Executivo em funções. --------- Ora, este Orçamento não traduz as opções políticas que constam do programa eleitoral para Arroios apresentado pelo Partido Socialista nas últimas eleições autárquicas, bem pelo contrário e, sendo assim, nunca poderíamos votar favoravelmente o documento, ---------- O Orçamento para 2025 que foi apresentado pelo Executivo vem confirmar, se é que era preciso, que os novos tempos são na verdade velhos tempos, pois não têm



ideias, ambição ou visão estratégica para o desenvolvimento da nossa Freguesia e que não sabem onde aplicar e dinamizar as verbas.--------- Revela, desde logo, falta de soluções para gerir Arroios e não serve quem nela vive, trabalha ou visita e comporta riscos significativos no que respeita ao equilíbrio estrutural a médio prazo para as contas da Freguesia. Aliás, as intervenções confrangedoras, desnorteadas e profundamente desconhecedoras da realidade da nossa Freguesia dos Membros do Executivo nas Assembleias de Freguesia, mais não são do que a prova da sua profunda incompetência, --------- Contudo, tal como o Partido Socialista tem vindo a demonstrar ao longo deste mandato, somos um partido responsável, pois estamos cientes de que a alternativa a este desgoverno em Arroios passa necessariamente por nós. Quem aqui mora e trabalha sabe que pode sempre contar com o PS na defesa de uma vida melhor que realmente corresponda aos seus interesses. ----------- Para nós, que aqui moramos ou trabalhamos, Arroios e a sua gente estará sempre em primeiro lugar e não será no nosso partido que o Executivo encontrará pretextos para se desculpabilizar com as suas fragilidades e incompetências. ---------- Pelas razões atrás enunciadas, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Arroios decidiram-se pela abstenção na proposta de Orçamento para 2025 sendo nossa obrigação, enquanto oposição responsável e a maior força política desta Assembleia, continuar a defender o progresso e o desenvolvimento da nossa ---- Eleita Patrícia Mariano (PAN) fez a seguinte declaração de voto: --------- "Ao longo destes últimos três anos de mandato, com muita pena minha, vi muito pouco das reivindicações e pedidos e sugestões do PAN a serem executados na Freguesia de Arroios. Também percebi que algumas coisas foram feitas, como escadas, paragens de autocarros já terem placas de Braille, como tínhamos sugerido, que o protocolo com a Animalife já esteja em implementação e em funcionamento e tem ajudado não só animais, como também pessoas que precisam de ajuda. Casas de banho públicas que antes fechavam à tarde passaram a fechar à noite e mesmo assim não é ideal, que agora neste último mês foram colocados cinco abrigos para colónias de gatos em algumas das colónias da Freguesia, mas que também não correspondem àquilo que por mim foi pedido, pelos cuidadores de gatos também tinham idealizado outras soluções. --------- A verdade é que isto é só agora, no ano em que vamos para eleições, em que eu vejo que parece que está a haver mais vontade de finalmente se começarem a fazer as coisas, vejo que finalmente se está a tentar resolver a um ritmo decente a situação da colónia de gatos da Portugália e a passagem para o Monte Agudo. Isto é uma coisa que venho a falar desde o início deste mandato. ---------- Mesmo em Orçamentos que aparentemente teriam tudo para ter um aumento para a cultura, um aumento para o desporto, uma verba simpática para o bem-estar animal, a ação social, mesmo assim não me sinto confortável em votar favoravelmente o Orçamento, porque tenho visto que a execução depois que é feita e que tem sido feita nestes últimos anos, depois fica muito aquém.--------- Porque o PAN e as preocupações do PAN são preocupações reais dos fregueses e porque também já não há votos de confiança, acho que já passou esse tempo,



infelizmente, e digo mesmo infelizmente, não gosto nada de estar nesta posição, votei ---------- Ponto 8 - Mapa de Pessoal para 2025;--------- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, entretanto, seria distribuído um documento que faltava juntar à documentação que foi enviada. --------- Disse que em relação ao mapa de pessoal que estava em discussão, Proposta 54-A, previa-se a existência e a fixação de um suplemento remuneratório. Para esse efeito era necessário cumprir aquilo que se encontrava previsto no número 1 e número 4 do artigo 3º do Decreto-Lei 93/2021, de 9 de novembro. Um desses aspetos era efetivamente a carta de risco, outro era justamente que o órgão executivo, sob proposta financeiramente sustentada, apresentasse o respetivo mapa de pessoal. ---------- Tinham a informação do mapa de risco, a parte financeira haveria de ser suportada pelo Executivo durante a discussão e isso costumava ser precedido também da discussão com os representantes dos trabalhadores. Portanto, deixava essa nota a abrir e a explicar a razão de ser por esse documento não estar junto com a proposta inicial. Foi distribuído agora a pedido da Mesa.--------- O Senhor Presidente da Assembleia de seguida deu a palavra ao executivo para apresentar o mapa de pessoal para 2025. --------- A Senhora Presidente da Junta disse que em relação ao mapa de pessoal estava apresentada a proposta e não tinham nada a acrescentar perante a informação incluída. ---- Eleita Maria Catarina Silva (PS) disse que o mapa de pessoal apresentado não era para o Partido Socialista mais do que manifestação da falta de visão ou soluções que esse Executivo levava para a cidade e em específico para a Freguesia. Dizia para a cidade porque muitos dos problemas sociais que a Freguesia atravessava e que tinham sido muito repetitivos a falar deles, alguns já existiam há anos, outros pioraram bastante e ficaram uma marca da Freguesia durante esse mandato. Eram complexos e careciam de respostas holísticas e verdadeiramente pensadas para as ruas da Freguesia. ---------- Nesse mapa de pessoal não se encontravam soluções multidisciplinares que conseguissem fazer face, por exemplo, às questões sociais relacionadas com a imigração, que era tratada como um crime quando na verdade não era, tratava-se só de falta de integração e capacidade de encontrar soluções para promover não só mais integração, mas também mais segurança para todos. ---------- Por outro lado, também havia falta de equipas que conseguissem desenvolver políticas, ou melhor, as políticas públicas desenvolvidas pelo Executivo, mas as equipas conseguissem executar as políticas públicas junto da comunidade para programas de pobreza ou outro tipo de problemas sociais que a Freguesia tinha.--------- Falavam de falta de assistentes sociais, falavam de falta de mediadores sociais, numa Freguesia que tinha 92 nacionalidades era muito importante. Também falavam da falta de mediadores culturais, que era uma profissão que nunca aparecia nos mapas de pessoal e que já foi falada em algumas reuniões e proposto por outros grupos. ---------- A Senhora Presidente falou no aumento de assistentes técnicos ou técnicos superiores relacionados com a educação e saúde. No entanto, era uma carência regular ou não existiria a necessidade de estar sempre a contratar através de adjudicações diretas algumas dessas pessoas. --------- Por último, sabiam que havia um grande problema que afetava bastante a qualidade de vida de todos aqueles que viviam, passavam e trabalhavam na Freguesia, que era a



questão da higiene urbana. Não só faltavam profissionais, como também o PS e outros partidos tinham acompanhado, faltavam garantir as condições que tinham sido solicitadas e reiteradamente pedidos por esses grupos de profissionais. ---------- Queriam acautelar que o debate do mapa de pessoal não era apenas aprovar o número que ia ficar registado para o próximo ano, mas também registar que era necessário fazer uma política nova, interna, de tratamento de recursos humanos e a Junta de Freguesia tinha de pensar mesmo seriamente nisso, porque não era razoável existirem funcionários que estivessem de castigo ou funcionários que estivessem a pedir mobilidade quase todos os meses ou quase todos os trimestres. Não era razoável numa Freguesia que tinha um problema tão grande a nível de higiene urbana. --------- Eleito Vítor Carvalho (PS) disse que antes de mais gueria realcar que dos 217 postos de trabalho previstos apenas 141 iriam ser ocupados. Havia vários postos de trabalho que estavam ainda em aberto e gostariam de saber que medidas o Executivo estava a pensar fazer no sentido de colmatar essa discrepância tão grande entre os postos de trabalho previstos e os que estavam ocupados. ---------- Relativamente às categorias, gostaria de saber junto do Executivo, isso porque via uma vaga para o posto de trabalho de técnico de sistemas e tecnologias de informação, saber quem nesse momento era o encarregado por proteção de dados, uma vez que o Regulamento Geral de Proteção de Dados, embora não fosse obrigatório, recomendava que as organizações tivessem um encarregado.--------- Da parte do Partido Socialista, em maio de 2022, questionaram o Executivo sobre se existia um encarregado de proteção de dados e na altura foi dito que não. Em setembro do mesmo ano voltaram a questionar o Executivo e a resposta que deu foi que sim, que já havia um encarregado de proteção de dados. Uma vez que existia uma vaga que não estava ainda preenchida para a função de técnico de sistemas e tecnologias de informação, que seria a pessoa mais indicada para ter essa função, gostariam de saber se ainda existia um encarregado de proteção de dados e qual a razão da vaga do técnico de sistemas e tecnologias de informação não estar ainda ocupada. ---------- Eleita Paula Correia (PSD) disse que gostava de questionar o Executivo sobre o documento que acabaram de rececionar, isso tinha data de 2021. Ao abrigo da Lei era obrigatório terem um relatório da avaliação de riscos anualmente e nem sequer tinha a assinatura do técnico superior de higiene e segurança, que também não era válido nesse momento. ---------- Outra questão era saber se essa empresa era certificada pela ACT para os devidos efeitos, assim como, se era a mesma empresa da medicina do trabalho, se ela própria também estava reconhecida, certificada e validada pelo Ministério da Saúde. ---------- O Senhor Presidente da Assembleia, na qualidade de Membro eleito pelo PSD e a partir do púlpito, disse que em relação ao mapa de pessoal tinha duas ou três dúvidas.----- Acompanhava as publicações no Diário da República dos avisos referentes à homologação das listas finais, procedimentos concursais da Freguesia. No entanto, nunca encontrara, até ao momento, qualquer aviso tanto em relação à celebração dos contratos de trabalho, como à conclusão, com ou sem sucesso, do respetivo período experimental. ---------- Perguntou se os trabalhadores desses procedimentos concursais ainda não iniciaram funções e, portanto, ainda não havia lugar à publicação do contrato, se ainda não concluíram o período experimental ou o júri ainda não se pronunciou sobre isso.-----



